

Assunto: Aniversário do Des. Luiz Carlos Figueiredo	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: d3	Data: 03/08/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

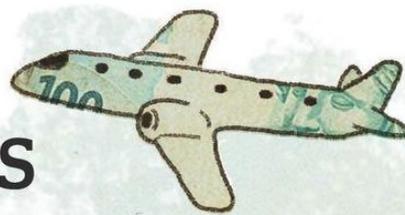
aniversariantes

Antônio Carlos Valença, Antúlio
Madureira, Beatriz Ivo, Célia Neves,
Danielle Paes Barreto, Denise
Peixoto, Eduardo Aguiar, Elizabeth
Veiga, Eriberto de Queiroz Marques
Filho, Fernanda Tinoco, Gardênia
Cavalcanti, Glória Bittencourt,
Hermano Coutinho, João Sandoval
da Silveira, Luciano Krause, Luiz
Carlos Figueiredo, Marcílio Lopes,
Marita Paes de Andrade, Otávio
Toscano e Tereza Gonçalves de
Medeiros Pereira.

Assunto: Menção ao Tribunal de Justiça de Pernambuco	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: b4	Data: 03/08/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Prefeitos usam e abusam das diárias



Regida por leis municipais e não poucas vezes carente de transparência, a cessão de diárias para viagens de prefeitos do interior é uma caixa-preta que, uma vez aberta, mostra repasses volumosos e sem comprovação de como ocorreu o gasto do dinheiro. Levantamento feito em alguns Portais de Transparência evidencia casos como o de Amaraji, onde, em 2014, o prefeito Jânio Gouveia (PR) recebeu R\$ 79.537,00 de diárias. Foram 15 cheques de R\$ 3.150,00, três de R\$ 6.300, um de R\$ 9.450, um de R\$ 2.362 e o menor deles, um de R\$ 1.575. Em todos os meses houve, pelo menos, dois cheques, sendo, geralmente, um no início e outro no fim do mês. O salário dele, em contrapartida, é de R\$ 13 mil.

A reportagem solicitou à gestão os dias exatos, destinos e motivos das viagens. Por telefone, Jânio Gouveia afirmou não lembrar exa-

**FALTA DE
TRANSPARÊNCIA
NÃO PERMITE
SABER VALORES
DAS VERBAS**

tamente das datas e agendas. "A gente viaja com frequência para fora para tratar de problemas do município. Recebo diária para as despesas com viagem. Não precisa trazer a nota", disse Gouveia, sem falar qual a cifra exata pela diária.

Levando em consideração os 365 dias de 2014 e os R\$ 79.537,00 recebidos, Gouveia ganhou diariamente R\$ 217. De acordo com ele, os repasses seriam, também, para cobrir passagens aéreas, mas o texto da lei, que poderia confirmar isso, não foi disponibilizado. O salário do prefeito de Amaraji é de R\$ 13 mil, conforme disse Gouveia. A cidade fica a 96 km do Recife, possui uma renda per capita média de R\$ 286 e 11% da população em situação de extrema pobreza.

Os dados são do Portal de Transparência de Amaraji que apareciam atualizados até dezembro do ano passado. Não há informações relativas a este ano. Com atualizações do portal em dia, por outro lado, Pesqueira, distante 276 km do Recife, dá conta de pagamentos em 2015 de R\$ 21,3 mil ao prefeito Evandro Chacon (PSB). Se dividido pelo número de dias alegado, teriam-se 27 diárias.

A assessoria do administra-

dor informou que "são roteiros ante o fato de que, constantemente, faz necessária sua presença para resolver questões de interesse público e participação em eventos". Pela lei municipal, em deslocamentos até 100 km, a diária é de R\$ 450 com pernoite e R\$ 150 sem pernoite. Em viagens ao Recife, esse valor sobe para R\$ 600 com pernoite e R\$ 200 sem pernoite e R\$ 750 em outras capitais.

Apesar dos valores estarem dentro dos parâmetros de outras prefeituras, são superiores ao pago, por exemplo, pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, no qual um desembargador em viagens a serviço tem direito a R\$ 368,40 para deslocamentos dentro do estado e R\$ 614 para fora, incluindo Fernando de Noronha. Além de alimentação, deve ser pago com esse dinheiro, ainda, hospedagem e transporte.

De volta aos executivos municipais, as legislações de Cupira e Paudalho também autorizam R\$ 600 de diárias para viagens do prefeito ao Recife. No caso de Paudalho, quando o destino é fora do estado, é possível ao gestor receber até R\$ 1,2 mil por dia.

"Desde 2004 a lei municipal prevê um cálculo de 1/30 do salário do prefeito, sendo

2/30 quando o deslocamento é para Brasília. Todo mundo sabe que em Brasília o custo é

maior. Mas, geralmente, a agenda é vinculada às secretarias estaduais. Ele tem trabalhado muito para atrair convênios, principalmente nas secretarias de Transportes e Cidades", justificou o secretário de Finanças de Paudalho, Juarez Gusmão. O dinheiro é para cobrir somente alimentação e despesas como uso de táxi. Passagens e hospedagem ficam de fora.

Valores repetidos

Enquanto o prefeito de Paudalho, José de Araújo (PSB), recebeu R\$ 14,4 mil, o gestor de Cupira, Sandoval Luna (PDT), foi ressarcido em R\$ 16,9 mil. Apesar de um total menor de diárias, o município de Tupanatinga chama atenção pelo pagamento frequente de R\$ 668. O valor exato aparece em todos os meses deste ano três vezes em cada. A assessoria do Executivo foi procurada, mas não respondeu.

Já Belo Jardim chama atenção por, em novembro do ano passado, o prefeito da cidade, João Mendonça (PSD), ter recebido, conforme o portal municipal, R\$ 2,5 mil para dois dias de visita a ministérios, em Brasília, e outros R\$ 2 mil para ida a uma usina de asfalto, em São Paulo.

+ saibamais

Veja alguns casos de prefeitos de municípios pernambucanos que utilizaram com frequência o recursos de pedir reembolso do uso de diárias a viagens a outras cidades do estado ou para outras localidades





Jânio Gouveia (PR)

Prefeito de Amaraji

R\$ 79,5 mil
recebidos em diárias em 2014

O valor recebido equivale a:



2.687 refeições de valor médio do brasileiro (inclui sobremesa e cafezinho)*



101 cestas básicas**



44 vezes a renda média por um dia de trabalho do brasileiro***

Sem explicações

A prefeitura não informou o valor da diária (por dia e distância)

A prefeitura não informou quais despesas a diária cobre

Inexistem de informações sobre os gastos de 2015 no Portal de Transparência da Prefeitura



Evandro Chacon (PSB)

Prefeito de Pesqueira

R\$ 21,3 mil

recebidos em diárias este ano

O valor recebido equivale a:



779 refeições de valor médio do brasileiro (inclui sobremesa e cafezinho)*



67 cestas básicas**



12 vezes a renda média por um dia de trabalho do brasileiro***

Informações

R\$ 600 é a diária paga para viagens ao Recife (R\$ 200 se não tiver pernoite)

R\$ 750 é a diária paga para viagens a outras capitais (R\$ 250 se não tiver pernoite)

O valor cobre alimentação e hospedagem

As contas do brasileiro

R\$ 27,36 é o preço médio da refeição do brasileiro (Pesquisa Assert 2015)*

R\$ 318,53 é o valor da cesta básica no Recife (Dieese em junho de 2015)**

R\$ 56,64 equivale a média de um dia de trabalho do brasileiro - 14 anos ou mais ocupado e com rendimento (IBGE 1º trimestre de 2015) ***

R\$ 788 valor atual do salário mínimo****

Ticket-diária R\$ 600*

Com o que dá para gastar esse valor em um dia no Recife e ainda sobra dinheiro

*O valor teve como base o valor informado pelas prefeituras para diárias com pernoite no Recife. Vale ressaltar que, quando se trata de viagens a outros estados, o valor tende a ser maior.



Café da Manhã

R\$ 19 café da manhã em uma padaria tradicional do Recife (inclui tapioca, sanduíche e xícara grande de café com leite)



Almoço

R\$ 130 almoço em um tradicional rodízio do Recife (inclui bebida)



Lanche

R\$ 15 capuccino com uma porção de pão de queijo em uma cafeteria da cidade



Jantar

R\$ 120 em badalado restaurante à beira-mar de Boa Viagem (inclui taça de vinho)



Hospedagem

A maioria dos prefeitos recebe a hospedagem à parte. Para aqueles que precisam pagar o hotel com o mesmo dinheiro, porém, ainda há margem. R\$ 260 hospedagem/dia em hotel 4 estrelas em Boa Viagem



Táxi

R\$ 56 de táxi por dia

Assunto: Menção ao Fórum Thomaz de Aquino	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: c3	Data: 01/08/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Projeto oportuno

Muito boa a iniciativa da prefeitura de reformar o Cais do Imperador, o píer construído em 1859 para receber a família imperial brasileira, em frente ao Fórum Tomaz de Aquino, que tinha se transformado em estacionamento e local de consumo de drogas. Será transformado num espaço de convivência, em frente ao Rio Capibaribe.

Assunto: Curso de Direito do Consumidor – Juiz Luiz Mário Moutinho	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Economia	Seção: Rápidas
Página: 8	Data: 03/08/2015

jornal do  commercio

→ rápidas

Curso de Direito do Consumidor

A Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA-PE), da OAB-PE, promove, entre os dias 10 e 13, curso de Direito do Consumidor. As aulas serão ministradas pelo juiz Luiz Mário Moutinho e acontecerão das 19h às 21h no auditório da ESA-PE. Investimento é R\$ 100 para estudantes e advogados e R\$ 120 para público em geral. Entre 24 e 27, o professor ministra, nos mesmos horário e local, o curso *Aspectos Polêmicos dos Planos de Saúde*.

Assunto: Mutirão Fiscal – Débito IPTU	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Economia	Seção: JC Negócios/Fernando Castilho
Página: 2	Data: 02/08/2015

jornal do  commercio

Débito do IPTU

PCR diz que mutirão cobrou o devido

A Prefeitura envia nota de esclarecimento sobre a informação da coluna a respeito do parcelamento de IPTU na edição de sexta-feira. Diz que não houve qualquer tipo de indução ao pagamento de débito que o devedor não entendesse devido e que estiveram à disposição membros da Defensoria Pública de Pernambuco. Informa também que a prescrição de tributos só ocorre por inércia do credor, isto é, quando não se toma a providência de ajuizar a execução fiscal.

Assunto: Denúncia contra Valença é arquivada	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 5	Data: 01/08/2015

jornal do  **commercio**

Denúncia contra Valença é arquivada

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) decidiu pelo arquivamento da denúncia contra o administrador licenciado da Ilha de Fernando de Noronha, Reginaldo Valença, indiciado pela Polícia Civil pelas acusações de exercício ilegal da profissão de advogado e estelionato. O promotor de Justiça Criminal da Capital José Paulo Cavalcante, responsável pela análise do caso, encaminhou o inquérito ontem à 9ª Vara Criminal, pedindo o arquivamento. Ele recebeu o resultado da investigação policial no último dia 22. Caso a Justiça concorde com o posicionamento do promotor, o caso será encerrado.

O inquérito policial foi aberto a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que recebeu a denúncia contra Reginaldo Valença. Um delegado especial foi designado para investigar o caso. De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério Público, se



VALENÇA Afastado do cargo

dia 14 de julho. Ele pediu para se afastar da gestão da ilha em função das denúncias encaminhadas à polícia pela Comissão contra o Exercício Ilegal da Profissão da OAB. A entidade recebeu uma queixa de que Valença atuou como advogado, apesar de não ter registro na Ordem. O inquérito foi presidido pelo delegado-adjunto da Delegacia de Repressão ao Estelionato, Fernando José de Souza Filho.

o juiz discordar da avaliação do promotor, ele deverá devolver o material para o MPPE, dessa vez para a análise do procurador-geral de Justiça, Carlos Augusto Arruda Guerra, que poderá arquivar o caso definitivamente ou denunciar o acusado.

Reginaldo Valença está licenciado do cargo desde o

Após o pedido de afastamento, o chefe-adjunto do gabinete do governador Paulo Câmara, Alexandre Campelo, foi designado para responder interinamente pela administração do arquipélago. Procurado pela reportagem, Reginaldo Valença disse que só vai se pronunciar sobre o assunto na próxima semana.

Assunto: Foto com o corregedor geral da Justiça Eduardo Paurá e esposa	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Caderno C	Seção: dia a dia/Mirella Martins
Página: 5	Data: 01/08/2015

jornal do  commercio



COMEMORAÇÃO Lilian Peres, Eduardo Paurá e Nilson Galvão Jr. no aniversário da Orquestra Criança Cidadã

Assunto: Foto com o corregedor geral da Justiça Eduardo Paurá e esposa	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona/Roberta Jungmann
Página: 2	Data: 02/08/2015



Leandro Lima/Divulgação



Lilian com o marido, o corregedor do TJPE, **Eduardo Paurá**, o juiz **João Targino** e a mulher, **Myrna**, no aniversário da Orquestra Criança Cidadã, no Teatro Luiz Mendonça

Assunto: Prefeitos usam e abusam das diárias	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 03/08/2015
Editoria:	Seção:



Prefeitos usam e abusam das diárias



Sem uma lei geral que regule o valor no país, gestor de município recebeu quase R\$ 80 mil de reembolso por viagens em 2014

Do Diário de Pernambuco – Júlia Schiaffarino

Regida por leis municipais e não poucas vezes carente de transparência, a cessão de diárias para viagens de prefeitos do interior é uma caixa-preta que, uma vez aberta, mostra repasses volumosos e sem comprovação de como ocorreu o gasto do dinheiro. Levantamento feito em alguns Portais de Transparência evidencia casos como o de Amaraji, onde, em 2014, o prefeito Jânio Gouveia (PR) recebeu R\$ 79.537,00 de diárias. Foram 15 cheques de R\$ 3.150,00, três de R\$ 6.300, um de R\$ 9.450, um de R\$ 2.362 e o menor deles, um de R\$ 1.575. Em todos os meses houve, pelo menos, dois cheques, sendo, geralmente, um no início e outro no fim do mês. O salário dele, em contrapartida, é de R\$ 13 mil.

A reportagem solicitou à gestão os dias exatos, destinos e motivos das viagens. Por telefone, Jânio Gouveia afirmou não lembrar exatamente das datas e agendas. “A gente viaja com frequência para fora para tratar de problemas do município. Recebo diária para as despesas com viagem. Não precisa trazer a nota”, disse Gouveia, sem falar qual a cifra exata pela diária.

Levando em consideração os 365 dias de 2014 e os R\$ 79.537,00 recebidos, Gouveia ganhou diariamente R\$ 217. De acordo com ele, os repasses seriam, também, para cobrir passagens aéreas, mas o texto da lei, que poderia confirmar isso, não foi disponibilizado. O salário do prefeito de Amaraji é de R\$ 13 mil, conforme disse Gouveia. A cidade fica a 96 km do Recife, possui uma renda per capita média de R\$ 286 e 11% da população em situação de extrema pobreza.

Os dados são do Portal de Transparência de Amaraji que apareciam atualizados até dezembro do ano passado. Não há informações relativas a este ano. Com atualizações do portal em dia, por outro lado, Pesqueira, distante 276 km do Recife, dá conta de pagamentos em 2015 de R\$ 21,3 mil ao prefeito Evandro Chacon (PSB). Se dividido pelo número de dias alegado, daria 27 diárias.

A assessoria do administrador informou que “são roteiros ante o fato de que, constantemente, faz necessária sua presença para resolver questões de interesse público e participação em eventos”. Pela lei municipal, em deslocamentos até 100 km, a diária é de R\$ 450 com pernoite e R\$ 150 sem pernoite. Em viagens ao Recife, esse valor sobe para R\$ 600 com pernoite e R\$ 200 sem pernoite e R\$ 750 em outras capitais.

Apesar dos valores estarem dentro dos parâmetros de outras prefeituras, são superiores ao pago, por exemplo, pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, no qual um desembargador em viagens a serviço tem direito a R\$ 368,40 para deslocamentos dentro do estado e R\$ 614 para fora, incluindo Fernando de Noronha. Além de alimentação, deve ser pago com esse dinheiro, ainda, hospedagem e transporte.

De volta aos executivos municipais, as legislações de Cupira e Paudalho também autorizam R\$ 600 de diárias para viagens do prefeito ao Recife. No caso de Paudalho, quando o destino é fora do estado, é possível ao gestor receber até R\$ 1,2 mil por dia.

“Desde 2004 a lei municipal prevê um cálculo de 1/30 do salário do prefeito, sendo 2/30 quando o deslocamento é para Brasília. Todo mundo sabe que em Brasília o custo é maior. Mas, geralmente, a agenda é vinculada às secretarias estaduais. Ele tem trabalhado muito para atrair convênios, principalmente nas secretarias de Transportes e Cidades”, justificou o secretário de Finanças de Paudalho, Juarez Gusmão. O dinheiro é para cobrir somente alimentação e despesas como uso de táxi. Passagens e hospedagem ficam de fora.

Valores repetidos

Enquanto o prefeito de Paudalho, José de Araújo (PSB), recebeu R\$ 14,4 mil, o gestor de Cupira, Sandoval Luna (PDT), foi ressarcido em R\$ 16,9 mil. Apesar de um total menor de diárias, o município de Tupanatinga chama atenção pelo pagamento frequente de R\$ 668. O valor exato aparece em todos os meses deste ano três vezes em cada. A assessoria do Executivo foi procurada, mas não respondeu.

Já Belo Jardim chama atenção por, em novembro do ano passado, o prefeito da cidade, João Mendonça (PSD), ter recebido, conforme o portal municipal, R\$ 2,5 mil para dois dias de visita a ministérios, em Brasília, e outros R\$ 2 mil para ida a uma usina de asfalto, em São Paulo.

Assunto: Varas Cíveis do Recife terão processos distribuídos obrigatoriamente pelo PJe	
Veículo: CNJ	Data: 03/08/2015
Editoria:	Seção:



Varas Cíveis do Recife terão processos distribuídos obrigatoriamente pelo PJe



A partir de 14 de agosto deste ano de 2015, a distribuição de novos processos para as 34 Varas Cíveis do Recife (PE) será feita obrigatoriamente pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe). O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, determinou a medida através da Instrução Normativa nº 06, publicada no Diário de Justiça Eletrônico.

Somente nos últimos seis meses, 54% dos processos novos ajuizados nas Varas Cíveis da Capital eram eletrônicos. Foram 6.409 as ações a ingressar pelo PJe, dentro do total de 11.782 distribuídas às 34 unidades nesse período, de acordo com dados extraídos dos sistemas Judwin 1º Grau e PJe.

Para o presidente Frederico Neves, os números corroboram que o investimento do Poder Judiciário de Pernambuco no processo eletrônico tem obtido a adesão da sociedade. “Em um ano e meio de gestão, implantamos o PJe em 102 unidades judiciárias. Isso representa 70% do total de unidades que já funcionam com esse sistema no Judiciário Estadual, resultando numa prestação jurisdicional cada vez mais segura e célere para o cidadão, destinatário final dos serviços da Justiça”, avalia. Até 2017, o sistema eletrônico estará em 100% do Tribunal.

A Instrução Normativa nº 06, de 13 de julho de 2015, considera a recomendação do Comitê Gestor do PJe de Pernambuco que fixa o dia 14 de agosto como data de início da obrigatoriedade da utilização do sistema para ajuizamento de feitos novos no âmbito das Varas Cíveis da Capital. Apenas os processos que ingressaram por meio físico antes dessa data continuarão a tramitar fisicamente.

Com a obrigatoriedade do uso do software nas Varas Cíveis da Capital, advogados, defensores públicos e promotores de Justiça deverão garantir certificação digital para ajuizar novos processos. Aqueles que ainda não utilizam o sistema precisarão, no primeiro acesso, realizar o cadastro nos sistemas de 1º e 2º Graus de Jurisdição. No Portal do TJPE, é possível ter acesso a todas as informações sobre o sistema eletrônico.

Lei – O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais foi disciplinado pela Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A partir de 18 de dezembro de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu, por meio da Resolução nº 185, o Processo Judicial Eletrônico como o sistema informatizado de tramitação e acompanhamento processual no âmbito do Poder Judiciário. O software foi desenvolvido com a colaboração dos tribunais brasileiros.

Fonte: TJPE

Assunto: CNJ e TRT-9 fazem acordo para ampliar gravações de audiência a todos os tribunais – Menção ao TJPE	
--	--

Veículo: Conjur	Data: 03/08/2015
------------------------	-------------------------

Editoria:	Seção:
------------------	---------------



CNJ e TRT-9 fazem acordo para ampliar gravações de audiência a todos os tribunais

O Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná) firmaram um termo de cooperação para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gravação Audiovisual de Audiências. A ferramenta virtual vai permitir que os vídeos de audiências sejam publicados na internet, com acesso às partes, advogados, magistrados e outros profissionais envolvidos no processo.

A nova solução será inspirada no sistema Fidelis, software desenvolvido pelo TRT-9 e que ganhou, em 2010, o VII Prêmio Innovare, cujo tema foi “Justiça sem Burocracia”. Além de permitir a gravação das audiências em áudio e vídeo, o programa possibilita a localização rápida e precisa dos trechos que interessam ao juiz, no momento de proferir a sentença, ou ao magistrado que precisar julgar recursos das partes contra a decisão de primeira instância. Com o Fidelis, é possível “navegar” no conteúdo de vídeo, sem precisar assistir às gravações na íntegra.

O Sistema Nacional de Gravação Audiovisual de Audiências deverá passar pelos primeiros testes no início do próximo mês de setembro. Uma vez testada, a ferramenta será disponibilizada gratuitamente para os magistrados de todos os tribunais do país. O sistema poderá ser utilizado para processos que tramitam no Processo Judicial Eletrônico (PJe) e nos demais sistemas eletrônicos processuais, inclusive para o projeto audiência de custódia. As definições técnicas do sistema receberam contribuições do TRT-9 e do TJ de Pernambuco para uso no PJe em razão do desenvolvimento de uma primeira versão do sistema. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-9.

